



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 5 /2007

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO
DE 2007: -----**

----- Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Luis Filipe da Silva Cainé, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Marco António Saborano Custódio, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos Srs. Deputados Dr.ª Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng.º



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço e Albano Manuel da Rocha Lourenço. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e a ausência anteriormente referidas.-----

----- **APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:**-----

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, foi posta à aprovação a acta da sessão ordinária realizada em 15 de Fevereiro de 2007, a qual foi aprovada por maioria com duas abstenções dos senhores deputados Eng.º Calisto Coquim e Fernando Manuel Alves, por não terem estado presentes na mencionada reunião. Foi, igualmente, posta à aprovação, a acta da sessão ordinária de 14 de Abril de 2007, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **INFORMAÇÕES:**-----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, que a todos deu conhecimento do fax, endereçado pelo Sr. Deputado Carlos Manuel Brites Monteiro no qual, pedia a demissão das funções de líder parlamentar da bancada do Partido Socialista, por não ter o tempo necessário para dedicar à função que ocupava na Assembleia, devido à sua vida profissional e académica.-----

----- Informou ainda, nos termos do n.º1 do artigo 7.º do novo Regimento do Conselho Municipal de Educação de Mira que, o representante da Junta de Freguesia tinha faltado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à reunião do Conselho Municipal de Educação de Mira, realizada no passado dia 7 de Maio pelas 14:00 horas no salão Nobre da Autarquia. -----

----- Deu ainda conhecimento de ter recebido o Boletim da Associação Nacional de Municípios; um anúncio de uma empresa “Imagem e Protocolo” de um curso intensivo de Protocolo Autárquico; e por fim, do Governo Civil do Distrito de Coimbra um convite para uma reunião chamada “Encontro com o Património” no dia 1 de Julho. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, na sequência do fax recebido pelo Sr. Presidente da Assembleia relativo à renúncia do Sr. Deputado Carlos Monteiro disse que, o grupo do Partido Socialista tinha decidido eleger para o cargo de líder parlamentar da sua bancada a Prof.ª Maria Elzita de Miranda Seixas. -----

----- Foi pedida autorização para incluir dois pontos, na ordem de trabalhos, relativos aos terrenos onde estava instalado o Centro Social e Paroquial do Seixo de Mira. Como Ponto n.º 8 “Distrato da constituição do Direito de Superfície a favor do Centro Social e Paroquial do Seixo de Mira” e como Ponto n.º 9 “Constituição de Direito de Superfície a favor do Centro Social e Paroquial do Seixo de Mira”, seguindo-se a votação da introdução dos dois pontos, tendo a autorização sido concedida por unanimidade. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que, elogiou as funções do Sr. Deputado Carlos Monteiro, como líder da bancada do Partido Socialista e desejou à nova líder as maiores felicidades, nas funções do cargo, para o qual tinha sido eleita. Relativamente à inclusão dos pontos n.º 8 e 9 da ordem de trabalhos disse que, a informação que tinham era escassa, era apenas um extracto da deliberação tomada em reunião de Câmara. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão, o qual propôs a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos, relativo à Lota. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, começou por dizer que, tinha sido com muito gosto que tinha convivido com o Sr. Deputado Carlos Monteiro, como líder da bancada do Partido Socialista; que, sempre tinha tido uma interpretação muito genuína, séria e rigorosa dos interesses do Concelho. Saudou também a Sr.^a Deputada Prof.^a Maria Elzita, na certeza, de que iria ter um brilhante desempenho. De seguida, passou a ler a proposta do Sr. Carlos Milheirão, Deputado pelo Movimento Eleitoral Livre. *“Antes das eleições de 2001, o então executivo socialista liderado pelo Dr. João Reigota, tinha decidido, com a oposição da bancada do PSD, construir um mercado em Mira. Do mesmo modo, tinha decidido construir na Praia de Mira um edifício para cinema e serviços ao lado do que é hoje a Extensão de Saúde. Como é sabido, ambos os projectos foram abandonados apesar de, quanto ao primeiro, ter sido mesmo iniciada a construção que agora lá existe como um monte de ruínas e, quanto ao segundo, a obra foi a concurso, este foi ganho por uma empresa construtora e, como também é sabido, a Câmara Municipal, após as referidas eleições de 2001, anulou o contrato com o construtor, tendo que o indemnizar. Por outro lado, foi intenção do executivo liderado pelo Dr. Mário Maduro, construir um edifício novo para a Câmara num espaço que se verificou não ser o mais adequado para aquele fim porque iria subtrair ao jardim da Vila uma boa parcela da sua área. Iniciaram-se também durante o último mandato do PSD, as obras do Centro Cultural de Mira, obras essas que, tanto quanto julgo saber, foram abandonadas até*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se encontre uma outra solução. Bem analisadas todas estas situações, penso que podemos concluir que nenhum dos locais era o mais apropriado para implantar aqueles projectos. O objectivo desta minha pequena resenha é que, na Praia de Mira, está em vias de se iniciar a construção dos apoios à “Arte de Xávega” num local que, segundo a opinião da maioria das pessoas, incluindo alguns deputados do PS, (atente-se ao Ponto 8 da Acta da Assembleia do dia 27 de Dezembro de 2006 em que se verifica, pelas declarações de voto de dois deputados do PS, que votaram, contra a sua própria vontade, o interesse Municipal daquela obra, no local em causa) também não é o mais apropriado, uma vez que vai comprometer irremediavelmente aquela zona em termos de futuro, privando-nos da única possibilidade de alongar a avenida marginal e mesmo de criar algumas dezenas de lugares de estacionamento no único ponto central onde julgo que seja possível fazê-lo. Só o facto de terem destruído os armazéns antigos, já nos dá outra perspectiva daquela zona se ficasse devidamente livre de qualquer edificação. Financiado ou não, como já tive oportunidade de referir nesta Assembleia, “ por nos darem dinheiro, não somos obrigados a fazer asneiras com ele”. Em face disto e em nome da bancada do Movimento Eleitoral Livre, aqui representada por mim, proponho à digníssima Assembleia que delibere a suspensão imediata daquelas obras”.

----- De seguida, o Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário propôs à Assembleia a inclusão do ponto n.º 10 “ Discussão da proposta do MEL – Pedido de suspensão da obra da Lota” a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Pedro Nunes, congratulando-se pelas Bandeiras Azuis no Concelho, nomeadamente, a da Praia do Poço da Cruz. Alertou para a melhoria do parque de estacionamento daquela praia e para uma vala, que se encontrava junto à pista ciclo-pedonal, com alguma profundidade e largura, tornando-se perigosa para as crianças que por lá passavam. -----

-----De seguida tomou a palavra o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que, tinham sido colocados uns contentores na zona da Lota que estavam a ocupar, mais de metade da estrada, onde era vendido o peixe e onde circulavam os tractores e camiões; que, os contentores deviam estar em cima da areia e não no meio da estrada. Relativamente à electricidade que estava a ser fornecida ao contentor que servia, provisoriamente, de escritório aos funcionários da Doca Pesca disse que, era a Câmara que estava a pagar a electricidade, bem como, a um dos compradores de peixe que estava lá instalado e que os contentores que tinham sido atribuídos às “companhas” não estavam providos de electricidade nem de água. Apelou ainda que, fossem limpas, com a colaboração da Junta de Freguesia da Praia de Mira, as bermas das estradas junto ao Lago do Mar e da Videira.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Pinho que, começou por alertar, para o facto de estarem em plena época balnear e os candeeiros da Barrinha ainda se encontrarem tombados. No tocante à Casa da Criança questionou o executivo se pretendia demolir o que lá existia. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara, Dr. Manuel de Jesus Martins que, em resposta às questões colocadas disse que, estavam todos de parabéns pela



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atribuição da Bandeira Azul na Praia de Mira pelo vigésimo ano consecutivo, e pela primeira vez, na Praia do Poço da Cruz, convidando ainda todos os presentes para no dia 29 de Junho assistirem à cerimónia oficial, junto à Capela da Praia de Mira. Relativamente à vala, que se encontrava junto à pista ciclo-pedonal disse que, tinha sido para aproveitar as máquinas que andavam na praia e limpar a zona envolvente do parque desportivo e as bermas da estrada, para melhorar as condições de acesso à praia e de estacionamento. Na questão dos contentores disse que, o assunto já tinha sido explicado oportunamente e, quanto à limpeza das bermas das estradas, apesar do atraso verificado, os funcionários do armazém da Câmara já estavam no terreno a efectuar a limpeza das bermas. No tocante aos candeeiros da Barrinha disse que, se tratava de um acto de vandalismo uma vez que, já tinham sido arranjados e se encontravam mais uma vez tombados. Relativamente ao Mercado informou que, estava em estudo a realização de um projecto ligado a um Centro de Ciência em parceria com várias Associações locais. -

----- Interveio de seguida o Sr. Eng.º Rui Silva, Chefe da Divisão de Obras Municipais, que começou por explicar que, depois de os contentores lá estarem tinham verificado que, eram contentores marítimos alugados e que, para colocarem lá electricidade implicaria fazer alguns furos mas, caso tivessem autorização do dono dos contentores, poderiam avançar naquele sentido. De momento, os quadros eléctricos estavam no exterior e serviam as pessoas que estavam a usar o contentor e que, a Câmara Municipal tinham assumido as despesas de água e luz. -----

----- Novamente, e ainda relativamente aos contentores, o Sr. Deputado Carlos Milheirão disse que, se os contentores tivessem sido postos em cima da areia e com as



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entradas viradas para a estrada, o pessoal tinha muito mais espaço para trabalhar e que, os três contentores que tinham sido atribuídos às “companhas”, estavam afastados dos restantes, sendo necessário uma extensão de aproximadamente 40m, para fazer lá chegar a electricidade; que, se houvesse uma caixa eléctrica comunitária, junto aos três contentores seria muito mais agradável para todos. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe da Cruz Barreto que, começou por felicitar o executivo, por mais um hastear de bandeira azul na Praia de Mira e pela primeira vez na Praia do Poço da Cruz. De seguida, abordou a questão da Zona Industrial e da Videira Norte para saber, o ponto de situação em que se encontravam e ainda a questão dos Prazos Velhos. Relativamente à Casa da Criança disse que, corria pela política Mirense que tinha sido pedido, pela Obra de Promoção Social, a instalação de barracões onde estava hoje a Casa da Criança. Gostaria de saber se, a Câmara Municipal iria autorizar tal instalação. Para terminar disse que, no anterior executivo tinha sido prometida a requalificação do Largo da Presa, inclusivamente já existia um projecto, como tal gostaria de saber se iria ser feito alguma coisa e se o saneamento iria ser ligado. -----

----- De seguida, tomou a palavra o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para dizer que, a Bandeira Azul era algo de bom que Mira tinha. Tinha sido uma acção desenvolvida por todas as Câmaras envolvidas no projecto e devia servir de exemplo para outras actividades e componentes como, a recuperação da zona da Barrinha, um Parque Infantil na Praia de Mira e a requalificação do Largo do Mar. Terminou questionando, se houvesse uma entidade publico-privada que quisesse comprar 18.000 m² se a Câmara estava disponível para vender e se a entidade poderia começar a laborar.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tomou a palavra o Sr. Deputado Fernando Alves para questionar, relativamente ao Plano Operacional Municipal do Concelho e para alertar que, junto à Vala da Cana e junto à Barrinha se encontrava um grande aglomerado de entulho. -----

----- O Sr. Vice-presidente da Câmara, Dr. Manuel de Jesus Martins, em resposta aos Srs. Deputados começou por dizer que, a 1ª. Fase da Zona Industrial já tinha sido concluída e que, proximamente, iria ser agendada uma outra reunião com os empresários inicialmente interessados de forma a apresentarem os projectos da 1ª. Fase. No tocante à Videira Norte disse que, a comissão de análise já tinha concluído a lista de admitidos e excluídos, a qual iria ser submetida a um período de reclamação por 30 dias. No tocante aos Prazos Velhos disse que, seria um problema que ficaria resolvido com o Plano de Urbanização da Praia de Mira. Relativamente à Casa da Criança disse que, não tinha conhecimento de quaisquer “barracões” mas sim, de estruturas de apoio. Disse ainda que, havia algum atraso nas obras do Largo da Presa mas que as obras eram para continuar. Na questão do saneamento, apenas faltava a ligação da EDP para que a obra estivesse concluída. No tocante à compra dos 18.000 m² disse que, necessitava de mais elementos para poder responder à questão. Para terminar disse que, o aglomerado de entulho que tinha sido questionado, tinha a finalidade de dar sustento à empreitada de pavimentação de toda aquela zona. O das casas de banho, tinha sido colocado dentro da antiga piscina para lá ser instalado um campo de futebol DE cinco que já estava aprovado. -----

----- Tomou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que começou por dizer que, o campo de futebol, era um campo de relva sintética que tinha sido integralmente



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oferecido pela UEFA, de uma candidatura que tinha sido feita há um ano. Quanto ao Plano Municipal Operacional disse que, tinha sido definido pelo Ministério da Agricultura a necessidade de elaborar um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Mira tinha sido um dos Municípios que tinham entregue o Plano dentro do prazo, o qual tinha sido aprovado, e para o qual era necessário existir um Plano Operacional Municipal que devia definir, em caso de riscos, quais os meios que deviam actuar e em que áreas; que, Mira para além de uma equipa de Sapadores Florestais tinha uma equipa de Sapadores do Exército que estavam instalados na Casa Florestal, os Vigilantes da Floresta do IPJ e Bombeiros. O carro amarelo que tinha sido falado, era o carro da equipa de Sapadores Florestais que tinham como função, a limpeza de alguns resíduos florestais e nos casos de alerta amarelo, deixavam de ter a função de limpeza para passar a uma função de vigilância e alerta, podendo ainda fazer parte do combate até à chegada dos meios de apoio. -----

----- De seguida tomou a palavra o Sr. Deputado Paulo Reigota dos Santos que começou por dizer que, o embelezamento da rotunda da A17 era uma obra urgente e como tal gostaria de saber o que estava previsto por parte da Câmara Municipal. Quanto ao WC, junto ao Parque Municipal de Campismo questionou o tipo de construção e a sua duração. Alertou também, para a limpeza das bermas na estrada Mira- Praia de Mira, que ainda não tinha sido feita e questionou ainda, se os Sapadores Florestais tinham competência para fazer limpezas mais profundas como exemplo as que eram necessárias na mata, ao sul dos Parques de Campismo e atrás do Parque de Merendas. Mais alertou para a sinalização horizontal na Praia de Mira que ainda não tinha sido feita,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente o reforço das passadeiras, dos traços contínuos e descontínuos e os lugares de estacionamento. Para terminar, questionou a possibilidade de colocar mais Ecopontos na Praia de Mira; que, medidas estavam a ser tomadas para resolver a situação dos cães vadios e se seria possível colocar, nos acessos às praias, entre o Poço da Cruz e a Praia de Mira placas de aviso de “Praia não vigiada”. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão que começou por dizer que, tinha lido num jornal local, um artigo a falar do Mercado e do Centro Cultural de Mira onde era criticado, o facto de as escolas ainda não estarem prontas, admirando-se pelo facto de o artigo, nada dizer sobre aquilo que o anterior executivo lá tinha feito, nomeadamente a destruição de paredes. Mais disse que, a Praia de Mira era a localidade com mais necessidades e a mais difícil do Concelho; que, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Carlos Milheirão, quando abordou o assunto da electricidade dos contentores e disse que não lhe tinha pedido opinião, ele também tinha obrigação de ir junto das entidades com quem trabalhava para discutir os assuntos. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Eng. Carlos Monteiro que, começou por agradecer as palavras que lhe tinham sido dirigidas pelo líder parlamentar do PSD, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara. Relativamente à posição alarmante da Quercus na questão da Pescanova disse que, o executivo tinha matéria jurídica para mover qualquer acção contra a Quercus pelas imagens alarmantes que tinham passado no programa Biosfera na RTPN.-----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão, em resposta ao Sr. Deputado Narciso Patrão disse que, os assuntos inerentes à Freguesia da Praia de Mira, eram em primeiro tratados



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o executivo, com os técnicos e até com o pessoal trabalhador; que, o assunto em questão tinha ido à Assembleia porque não o tinha conseguido resolver com quem de direito. -----

----- Em resposta às questões colocadas pelos Srs. Deputados, o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse que, estavam para ser instalados, junto ao Parque Municipal de Campismo, uns módulos pré-fabricados de instalações sanitárias Masculino, Feminino e Mobilidade Reduzida. A limpeza junto ao Orbitur, era da competência da Florestal. Quanto aos Ecopontos disse que, existia um estudo onde tinha sido concluído que os Ecopontos na Praia de Mira estavam em número superior. A questão dos cães vadios, era uma situação preocupante que estava a tentar ser resolvida. Relativamente às placas de aviso de “Praia não vigiada” disse que, iria fazer chegar a informação junto da Divisão de Ambiente e Recursos Naturais. No tocante à questão do embelezamento da rotunda da A17 disse que, já tinha dado indicações ao pessoal da jardinagem. Para terminar disse que, a questão da sinalização já estava adjudicada. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer, no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Narciso Patrão, que estavam dispostos à união para a resolução dos vários problemas, desde que a bancada do PS ou o próprio executivo fossem da mesma opinião. No respeitante à Cooperativa gostava de saber se existia algum acordo ou alguma perspectiva de acordo, quais os seus termos e consequentemente, que reflexo teria na Incubadora. Relativamente à Pesacnova disse que, tinha estado presente, em parte da apresentação do estudo de impacto ambiental e que também, tinha chegado à conclusão que a zona era rede natura o que estava errado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma vez que não existia nenhum habitat natural que o justificasse. Para terminar questionou o ponto de situação do Campo de Golfe. -----

----- Usou da Palavra o Sr. Deputado António Cardoso Alberto para pedir ao executivo, ajuda para a limpeza das povoações e para o arranjo de determinadas vias. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Juan António que começou por dizer que tinha tido conhecimento de um projecto de investimento, uma fábrica com 18.000m², com 45 postos de trabalho em que Aveiro não tinha lugares disponíveis e por esse motivo tinha indicado Mira, como alternativa. Tinha tido conhecimento de que Mira não tinha espaço disponível; que, na sua opinião, a zona Industrial podia estar bastante desenvolvida uma vez que havia, uma melhoria dos meios de acesso com a A17; que, existiam outros Municípios, próximos de Aveiro, com algumas vantagens e que a zona Industrial de Ílhavo e Vagos estavam superlotadas. Relativamente ao programa que tinha passado na RTPN e do qual, o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro já tinha falado disse que, tinha sido pertinente algumas observações que denegriam a Praia de Mira. ---

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Filipe Barreto que, no seguimento da intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara questionou, em que consistia a 1.^a e 2.^a fase da Zona Industrial e quando, é que as empresas podiam começar a laborar. Relativamente à Videira Norte que, sistematicamente tinha questionado, mais uma vez, gostaria de saber se já tinham o registo de propriedade dos terrenos, ou se já os podiam entregar às pessoas. Aceitar candidaturas, para entregar os terrenos daqui a cinco ou dez anos, certamente que a situação das famílias seria diferente. Ainda relativamente à sua anterior intervenção, no tocante à Casa da Criança disse que, tinha falado em



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“barracões” propositadamente porque, independentemente, do nome que lhe fosse atribuído, em termos estéticos, ficaria muito mal no Centro da Vila e mais disse que, não existia oferta suficiente para o Concelho de Mira, como tal, gostaria de saber se o executivo tinha alguma alternativa, para nos tempos mais próximos, colmatar tal falha porque, segundo a sua experiência, situações provisórias tendem a perpetuar-se no tempo. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara começou por esclarecer que o Campo de Golfe, tinha sido inviabilizado naquele local por ser rede natura, tendo sido localizado noutro local; que, tinha havido alterações legislativas da REN e, o PDM permitia aquele tipo de infra-estruturas. Ainda na questão do Golfe disse que, os terrenos estavam para registo, que tinha havido uma hasta pública e que tinha ficado deserta. Relativamente às vias que se encontravam em más condições disse que, estavam a tapar os buracos que existiam e pavimentar algumas ruas que estavam sem alcatrão. Disse ainda que, a 1.^a e 2.^a fase da Zona Industrial dizia respeito ao loteamento e que estavam a aguardar, que fossem apresentados os restantes projectos. No tocante à questão da habitação social disse que, no anterior executivo nada tinha sido feito; que, actualmente a comissão de análise tinha terminado a 1.^a fase do processo onde tinha sido encontrada a lista de admitidos e excluídos que iria ser submetida a um período de reclamação.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, o qual começou por dizer relativamente à Incubadora, que aquilo que devia ter sido feito era o registo do terreno em nome da Câmara, para depois ser passado para o nome da ABAP, de seguida para o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nome da AIBAP, para depois ser feito um projecto, uma candidatura e por fim a execução da obra; que, se o processo tivesse sido feito, não estavam actualmente a fazer acordos com a Cooperativa. Mais disse que, o terreno já se encontrava em nome da Câmara Municipal, já tinha sido feita a escritura e que estava para registo na Conservatória; que, com algum poder de persuasão de muitas pessoas tinham conseguido levar a Cooperativa a honrar os compromissos; que, estavam a usar as instalações e logo que o registo fosse feito, iriam avançar para o loteamento, que já estava a ser analisado informalmente. Relativamente aos pretensos “barracões” disse que, tinham tido a informação de que a creche, iria sair daquele local a troco de lá poderem fazer um Centro Comercial e da parte de trás a Universidade, sem saberem se o terreno, era ou não Municipal; que, as crianças necessitavam de novas instalações, de melhores instalações, mas não entendia que tivessem necessariamente que ser privadas, com a Câmara a financiar na totalidade e que era uma oferta pedagógica, não era a mesma que a rede pública, custava muito mais caro e provocava desigualdade de oportunidades. Mais disse que, era necessário criar mais oferta que pudesse ser da rede pública, por esse motivo, tinham pensado, para o local onde se encontravam os armazéns, criar uma instalação complementar de apoio à infância; que, as crianças estavam num estado lamentável porque, ao longo dos tempos, a Obra de Promoção Social não tinha investido nada naquelas instalações, porque tinha tido a promessa de novas instalações gratuitas, não deixando contudo, de levar bastante dinheiro aos pais por terem lá as suas crianças. A curto prazo, era necessário fazer alguma coisa pelas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crianças, por esse motivo seriam lá colocadas estruturas amovíveis, enquadradas pelos técnicos do município. -----

----- Em direito de resposta o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida começou por dizer que, quem definia, se eram assuntos de interesse ou se as questões eram para colocar, era a oposição e não a vereação. tocante à Cooperativa disse que, todos sabiam a história e os problemas daquela questão; que, os Srs. Vereadores sabiam qual tinha sido o sentido de voto da bancada do Partido Social Democrata, quando tinha sido necessário para que fosse cumprido o contrato, uma vez que, o contrato estava a ser cumprido gostariam de colocar algumas questões mas que sentia o executivo muito ofendido com as questões que estavam a ser colocadas. Relativamente ao golfe, aquilo que questionava não eram os problemas técnicos como por exemplo o registo dos terrenos, mas sim, se existiam negociações, se existiam interessados ou se os promotores não estavam interessados. -----

---- Interveio de seguida o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para dizer que, tinha ficado esclarecido relativamente à Casa da Criança; que, já sabia a possível localização e que o prazo, apesar de ainda não estar definido, certamente, apontaria para ano de eleições, na promessa de ser feita num segundo mandato, disponibilizando a sua bancada e o Partido Social Democrata para participar num discussão alargada sobre a localização; que, os recursos tinham de ser bem aproveitados, tinha que ser encontrada uma solução consensual que, certamente, não seria no local que o Sr. Vereador tinha referido.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por fim o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse que existiam interessados no golfe e que o processo iria ser feito por hasta pública. -----

----- Posto isto, e não havendo mais intervenções, seguiu-se um pequeno intervalo e de seguida entrou-se na Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **PONTO UM: “ Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.** -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara reportou-se à situação financeira da autarquia à data de 15 de Junho de 2007, a qual continha três pontos essenciais: A Execução Orçamental, a qual dava informação relativamente às taxas de execução dos documentos previsionais, que era dada, pelo quociente entre o montante cobrado e o montante orçado de receita ou pago e orçado de despesa; O Resumo Diário de Tesouraria e Endividamento (curto e longo prazo) e por fim o Endividamento Líquido Municipal. Disse que, a taxa de execução da receita era bastante relevante, 40%, ocorridos poucos mais de cinco meses de execução, a taxa de execução da receita capital, 13%. Quanto à taxa de execução do PPI disse que, se cifrava em 7,6% com um encaixe, a curto prazo, das areias de Montalvo, que iriam permitir um aumento da taxa para níveis bastante superiores. No tocante ao segundo ponto disse que, visto apenas numa perspectiva de dívida também tinha diminuído, quer na amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, quer através de uma redução da dívida a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fornecedores e empreiteiros, contudo, as dificuldades de tesouraria persistiam porque a dívida a curto prazo era bastante significativa. No tocante ao Endividamento Líquido Municipal, apesar da sua diminuição significativa, o seu montante ainda era elevado o que acarretava algumas dificuldades de tesouraria, sendo em 31 de Dezembro de 2006 de 5.505.131,23€ e em 15 de Junho de 2007 de 4.046.698,44€-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que começou por se reportar, ao relatório da Divisão de Obras Municipais, na página 3, no ponto Estudos e Projectos – Estudos Preliminares para o Futuro Centro Cultural de Mira sobre o qual gostaria de saber mais relativamente aos estudos, à localização e ainda, uma vez que, tinham sido cessadas as obras do Centro Cultural de Mira, iniciadas pelo anterior executivo, gostaria de saber em que fase se encontravam as obras e quando seria tapado o buraco. Ainda na mesma divisão, gostaria de saber qual o custo da “Empreitada do Reforço de abastecimento de água à Praia de Mira (Zona Industrial Aquicultura)” e o custo da “Repavimentação e Requalificação da Variante Sul com Prolongamento à Zona de Aquicultura – Conceção, Traçado, Projecto de Sinalização Rodoviária, Desenho, Orçamentação, Preparação dos Processos”. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que, a apresentação do relatório tinha vindo a melhorar e tinha havido um bom trabalho na área financeira, na redução da dívida. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente que relativamente ao Centro Cultural mais uma vez disse que, iria ser um espaço Museológico, integrado com outros pólos e cujo projecto de execução se encontrava na fase final. Disse também que, a localização



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do novo Centro Cultural de Mira, estava prevista para o local onde se situava os armazéns da Câmara Municipal. Na questão colocada pelo Sr. Deputado Dr. Raul, relativamente ao custo das empreitadas disse que, o preço de base tinha sido 270.000,00€ para a “Empreitada do Reforço de abastecimento de água à Praia de Mira (Zona Industrial Aquicultura)” e 225.000,00€ para o Saneamento. -----

----- **PONTO DOIS: “Aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro do Regulamento Municipal de Manutenção e Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes”.** -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara que apresentou o assunto em discussão disse que, o referido projecto tinha estado em inquérito público pelo período de 30 dias úteis e que o Decreto-Lei 320/2002 de 28 de Dezembro que tinha entrado em vigor a 28 de Março de 2003, vinha atribuir aos municípios, a competência para manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para questionar, se a Câmara tinha técnicos especialistas na área ou teria de socorrer-se de uma entidade externa. -----

----- Interveio também o Sr. Deputado Eng.º Calisto Coquim para colocar a mesma questão. -----

----- Em resposta à questão o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse que, a Câmara não tinha nenhum técnico para o efeito, como tal, seriam contactadas empresas externas ou serviços. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Procedeu-se de seguida à votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- **PONTO TRÊS: “Aprovação, nos termos da alínea q), do n.º 2, do artº. 53º. da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Programa da Hasta Pública para atribuição de lugares fixos para exercício da actividade de venda ambulante em local fixo”.-----**

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara informou que, à semelhança dos anos anteriores, era uma hasta para atribuição de lugares fixos para a venda de gelados, faturas, bolachas, pipocas durante a época balnear. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que, na sua opinião, continuava a existir muita falta de controlo, nomeadamente, no Verão continuavam a existir carros de fruta porta a porta etc. Fora do contexto, abordou a questão dos quiosques no centro da Praia de Mira para dizer que, tinha havido um quiosque que tinha ido a concurso, o qual, tinha sido ganho por um cidadão mas na realidade, encontravam-se lá dois quiosques. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Deputado Dr. Juan António para, reiterar as palavras do Sr. Deputado Carlos Milheirão. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que, aquilo que estava para aprovação, era o programa da hasta pública para atribuição de lugares fixos e não a questão da fiscalização. -----

----- Pede a palavra o Sr. Deputado Dr. Raul para dizer que, a questão dos quiosques era uma questão pertinente e que, apesar de não ser o assunto que estava para



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovação, estava ligada a locais de venda pública, contudo, disse que formalmente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia estava correcto.-----

----- Procedeu-se de seguida à votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- **PONTO QUATRO: “Declaração do interesse público municipal para a construção do Centro Social Polivalente de Carapelhos e Corticeiro de Baixo”.** -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara explicou que, tendo em conta um requerimento, com entrada nos serviços da Câmara em 16 de Maio de 2007, a solicitar a declaração de interesse público municipal de acordo com alínea e) do artigo 41º. do Regulamento do PDM, o local onde se pretendia construir o empreendimento estava classificado como espaço de ocupação condicionada. Sabendo que, tal equipamento pretendia dar apoio social à população da freguesia, nomeadamente, apoio domiciliário, Centro de Dia, ATL e Creche, propunham a referida Declaração. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Deputado Carlos Milheirão e Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira para dizer que, apoiava o projecto e questionar se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos tinha tido conhecimento do desenvolvimento do processo, já que ele, não tinha tido, relativamente ao processo da Lota na Praia de Mira. -----

----- Interveio a Sr.^a Deputada Prof. Maria Elzita para questionar como é que a Câmara Municipal dava seguimento a um ofício datado do dia 20 de Outubro de 2004; que efectivamente tinha dado entrada na Câmara no dia 16 de Maio de 2007, no dia 17 de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maio tinha estado no Vereador, para despacho e no dia 18 de Maio transferido para a Assembleia Municipal. -----

----- Tomando a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que, o documento da Associação de Solidariedade Social de Carapelhos e Corticeiro de Baixo efectivamente, estava datado de 20 de Outubro de 2004 mas apenas, tinha dado entrada nos serviços da Câmara a 16 de Maio de 2007. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Gabriel Pinho e como presidente da Associação de Solidariedade Social de Carapelhos e Corticeiro de Baixo disse que, era um processo antigo que tinha andado empatado muito tempo. Actualmente, como o projecto tinha sido contemplado pelo programa PARES, subsidiado na ordem dos 50%, tinham voltado a pegar no documento sem terem tido o cuidado de alterar a data. -----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Vereadora Dr.^a Sandra Pereira, a qual explicou que a data nunca poderia ser a do ano 2004, porque a candidatura ao programa PARES, apenas tinha decorrido no ano 2006, quando o Centro tinha sido contemplado com tal apoio. ---

----- Seguidamente, o ponto foi posto à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO CINCO: “Aprovação, nos termos da alínea a), do n.º.2, do art.º. 53.º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro do Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos estabelecimentos de Educação Pré-escolar da Rede Pública do Município de Mira.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara o qual explicou que, o regulamento tinha por objecto, definir o funcionamento dos serviços no âmbito da alimentação, prolongamento de horários, actividades inter-lectivas etc. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO SEIS: “Aprovação das alterações à Carta Educativa do Município de Mira, nos termos do disposto no nº. 1, do artº. 19º. do D.L. nº. 7/2003, de 15 de Janeiro”.** -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara informou que, em 15 de Fevereiro de 2007 a “Carta Educativa” tinha sido aprovada por unanimidade, na Assembleia Municipal de Mira e em 19 de Fevereiro de 2007 tinha sido remetida à DREC- Direcção Regional de Educação do Centro para ratificação e posterior homologação a qual, solicitou algumas alterações à referida proposta. No dia 7 de Maio de 2007 foram aprovadas em Conselho de Municipal de Educação. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que começou por referir, que a “Carta Educativa” tinha sido aclamada e aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal; que, tinha sido um bom trabalho e o reflexo da tentativa de resolução dos problemas da Educação do Concelho. Não compreendiam que o Ministério da Educação, que não conhecia o terreno nem a realidade, viesse impor directivas. Como tal, gostaria de saber que pressão tinha sido feita, junto do Ministério da Educação, para que as alterações não fossem introduzidas; que, diligências tinham sido feitas no sentido de inverter a situação. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Tomando a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse que a Carta Educativa estava sujeita a um parecer prévio vinculativo da DREC. Uma vez que, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, tinha estado na reunião onde tinham sido debatidas e negociadas as alterações, pediu autorização para que, o assunto fosse explicado pelo Sr. Vereador. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego o qual, começou por esclarecer que, não podiam alterar ou subverter aquilo que estava estipulado no artigo 19º. do Decreto-Lei 7/2003 de 15 de Janeiro, o mesmo que definia, que a Carta Educativa devia ser sujeita a rectificação ministerial após parecer vinculativo. Disse ainda que, tinha sido sujeito pelo executivo antes da aprovação em Assembleia Municipal, à DREC, para que esta, se pronunciasse, a qual tinha respondido, que não se podiam pronunciar sobre uma proposta de Carta Educativa que não tivesse sido validada e rectificada pela Assembleia Municipal. -----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Deputada Prof. Ana Maria Baião, enquanto membro do Conselho Municipal de Educação que disse que, a apresentação das alterações tinha sido perfeitamente pacífica e até motivo de algum regozijo, face às alternativas que tinha trazido; que, enquanto Professora da Escola Secundária sentia-se bastante bafejada por terem o projecto da construção de novas salas. Relativamente às escolas mais pequenas disse que, era uma boa alternativa, a construção de um novo pólo e uma boa gestão dos recursos. -----

----- Procedeu-se de seguida à votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com sete abstenções do Partido Social Democrata e onze votos a favor do Partido Socialista. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que, a abstenção da bancada do Partido Social Democrata tinha sido, uma forma de protesto como tudo se tinha processado. Os órgãos tinham votado, as instituições tinham funcionado, bem como, a discussão pública e o Conselho Municipal de Educação. Depois de tudo aquilo, tinha vindo uma instituição, estranha e fora do Concelho, impor regras e dizer que o procedimento não estava correcto. -----

----- PONTO SETE: “Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de protecção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2006, nos termos da alínea h), do artº. 18º., do D.L. nº. 147/99, de 01 de Setembro”. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento e não havendo pedidos de esclarecimento entrou-se no ponto seguinte. -----

----- PONTO OITO: “Distrato da Constituição de Direito de Superfície a favor do Centro Social e Paroquial do Seixo de Mira”. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- PONTO NOVE: “Constituição de Direito de Superfície a favor do Centro Social e Paroquial do Seixo de Mira”. -----

----- Não havendo intervenção neste ponto, seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- PONTO DEZ: “Discussão da proposta do MEL – Pedido de suspensão da obra da Lota” -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Foi lida, mais uma vez, a proposta do Sr. Deputado Carlos Milheirão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia o qual esclareceu que, a Assembleia não tinha competência para pedir a suspensão; que, nos termos da alínea c), do artigo 11.º, a Assembleia Municipal tinha competência para acompanhar e fiscalizar os actos da Câmara Municipal assim, se a mesa o entendesse, o texto poderia ser convertido em recomendação à Câmara Municipal. -----

-----O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio para dizer que, a Bancada do Partido Social Democrata, entendia que a proposta podia ser tomada como recomendação ao executivo, que faria aquilo que entendesse perante a recomendação.---

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Juan António que começou por dizer que, as questões que tinham sido levantadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira eram pertinentes. Questionou ainda, que acções tinham sido desenvolvidas, no sentido de, mobilizar ou esclarecer a população da Praia de Mira. Disse que, podia existir uma análise pragmática da situação, pragmatismo que poderia custar em termos futuro o alongamento da marginal, entre outras coisas. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão disse que, se tinha limitado a fotocopiar uma parte da acta da reunião da Assembleia do dia 27 de Dezembro de 2006, onde constava que, membros da bancada do Partido Socialista tinham votado a favor do interesse municipal para a lota, manifestando a sua contrariedade quanto à sua localização e tinha feito circular as fotocópias pelas pessoas da Praia de Mira. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio novamente o Sr. Deputado Dr. Juan António para questionar a Câmara Municipal se em termos de Ordenamento do Território, a sua deslocalização comprometia prazos imediatos ou haveria possibilidade de fazer uma reanálise. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida reafirmando a posição que a bancada tinha tido em 27 de Dezembro de 2006, de que a localização era má e iria prejudicar, em muito, a Praia de Mira, em termos urbanísticos e turísticos; que, o prejuízo para futuro, seria maior de que o benefício imediato. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão disse que, na sua opinião, uma vez que o povo da Praia de Mira não concordava com aquela localização, deviam ter questionado o povo relativamente à localização e só depois definir qual seria o melhor local. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Paulo Reigota o qual sugeriu, se ainda fosse possível, referendar a população da Praia de Mira porque ninguém sabia o real sentido de voto daquela população. Disse ainda que, tinha votado na Assembleia o interesse municipal da Lota na Praia de Mira e que, por todas as razões que já tinham sido apontadas, aquele não era o local ideal. -----

----- Foi de seguida, dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Filipe Barreto que começou por referir que, nunca se iria chegar a um consenso relativamente à localização e que, certamente, existiam pessoas contra a existência de uma Lota, independentemente da sua localização. Uma vez que a obra já estava começada, bem ou mal, a opinião das pessoas era, que devia ser acabada e não havia necessidade de nenhum referendo. Na sua opinião não era tarde para consultar as pessoas e evitar um erro; que, não havia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nenhum custo financeiro que pudesse ultrapassar um mau serviço prestado ao Concelho de Mira, nomeadamente à população da Praia de Mira. -----

-----Pedi a palavra a Sr.^a Deputada Prof. Ana Maria Baião para questionar, se as entidades que estudavam os problemas ambientais dos avanços do mar, aquecimento global e outros tinham feito algum estudo relativamente ao assunto. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Juan António que disse que, sempre tinha sido conta à construção da casa que se encontrava junto ao Centro Cultural da Praia de Mira, porque tinha vindo castrar o desenvolvimento para norte da Praia de Mira; que, a rotunda e o arranjo urbanístico eram péssimos, da capela para sul existia uma avenida e para norte nunca tinha sido feito nada, parecia duas valências. Mais disse que, o seu desagrado não era pela obra em si mas pela localização por esse motivo questionou se, dentro do Plano Urbanístico da Praia de Mira, haveria hipótese de equacionar outra localização para a Lota. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes o qual questionou a vontade da população piscatória, se estariam ou não a favor da localização. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que, no seguimento da intervenção da Sr.^a Prof. Ana Baião, questionou se as entidades que tinham dito que a localização tinha que ser naquele local seriam as mesmas entidades que no ano 2000 tinham classificado como rede natura, aquela localização e que passados sete anos tinham verificado que tinha sido um erro. Disse ainda que, discordava com o Sr. Deputado Pedro Nunes relativamente à opinião da população piscatória porque a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão que se colocava não era o interesse da comunidade piscatória, mas o interesse de toda a comunidade da Praia de Mira e do Concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra e começou por referir que existiam aberrações no Concelho, e como exemplo referiu o edifício da Câmara Municipal, onde podia estar uma bela avenida, tinha contaminado um plano urbanístico simpático para o centro da Vila; outro erro que foi evitado pela Assembleia, foi o aquário no meio do jardim. No caso concreto da lota disse que as pessoas deviam manifestar a opinião e a autarquia, como intérprete dos interesses da população, mandatada pelo voto popular para gerir os interesses, desde que não fossem extremamente violentadores dos interesses da população. Notando algum desconforto por parte das pessoas, o Sr. Presidente da Assembleia pediu ao executivo que explicasse e fizesse entender as suas cautelas. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego o qual disse que, tinha acompanhado o processo em termos meramente técnicos e que já tinha tido oportunidade de explicar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Começou por explicar que existia um plano de urbanização e um POOC que, regulamentava e organizava a orla costeira e que tinham de ser respeitados. Era uma obra que estava financiada e tinham sido aprovados oito protocolos com as oito companhas; que, a discussão do local tinha sido ponderada, discutida pela CCDRC que era a entidade que tinha autonomia sobre os terrenos; que, tinha sido uma decisão pensada e amadurecida que teria, certamente, pessoas a favor e contra, não bastava dizer que queriam, tinham que querer de acordo com os instrumentos de ordenamento. Na sua



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

opinião, tem sido uma discussão desgastante e existiam prazos para cumprir e financiamentos assegurados; que, continuavam a entender que era melhor ter lota do que não ter e dentro dos locais possíveis para haver lota e daquilo que tinha sido falado com os pescadores, aquele local era o melhor. Como já tinha explicado, não se tratava só da lota mas também o deitar abaixo e o iniciar da edificação da Praia de Mira, a norte, com mais quatro armazéns para as companhas; que, o limpar daquela zona não teria sido possível fazer se não tivesse sido através do acordo com os pescadores. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Fernando de Jesus Regateiro, propôs à Assembleia que fosse votada a proposta do MEL, como recomendação, a qual foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Uma vez que tinha sido aprovado a apresentação da recomendação do Mel à Assembleia, seguiu-se a votação da recomendação, tendo sido a mesma **aprovada por maioria**, com onze votos a favor, dois contra e cinco abstenções. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, usou da palavra para dizer que a declaração de voto da sua bancada se resumia entre o interesse de se fazer a lota e o interesse de estarem a prejudicar o futuro e aquela localização, o interesse da localização era mais forte que o próprio interesse da lota. -----

----- Seguiu-se a declaração do Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que primeiro tinha votado aceitando a recomendação e tinha votado novamente para ser entregue ao executivo. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Marco António tomou a palavra para dizer que, tinha havido alguma confusão relativamente à votação da recomendação; que, tinha pensado que o documento já tinha sido aceite e votado, quando tinha sido colocado na ordem dos trabalhos e que a primeira votação, tinha sido a entrega da recomendação ao executivo. -

----- Foi de seguida, dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Filipe Cainé, o qual não tinha acompanhado o processo por ter estado ausente mas, na sua opinião, tratando-se de uma recomendação, as pessoas iriam reflectir, novamente, acerca do assunto e se fosse válido o assunto seguiria.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Deputado Paulo Reigota dos Santos que, sem desvalorizar as responsabilidades da Câmara Municipal com a obra que tinha projectado para aquele sítio, disse que o seu voto tinha sido no sentido da recomendação ser entregue à Câmara.-----

----- De seguida tomou a palavra o Sr. Deputado Eng.º Calisto Coquim para dizer que, tinha votado contra a recomendação, de acordo com a tomada de posição em anteriores Assembleias, quando tinha sido votado a utilidade pública municipal do empreendimento e que até agora nada tinha mudado; que, naquela altura já sabiam qual era a localização e todos os pressupostos ligados ao projecto.-----

----- Novamente o Sr. Deputado Paulo Reigota dos Santos interveio para complementar a sua declaração de voto, porque na Assembleia de Dezembro, tinha votado por disciplina partidária e nesta Assembleia o seu voto estava de acordo com a sua consciência e tinha sido mais coerente consigo próprio.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**.-----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezanove horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----
